

OS MILITARES E A POLÍTICA DURANTE A REPÚBLICA

Presidente Prudente José de Moraes Barros

Parte XXXVII

MÁRIO JORGE DA FONSECA HERMES
Almirante-de-Esquadra (Ref^o)

SUMÁRIO

Conclusão

Retrospecto do Governo Prudente de Moraes

A posse do Presidente

Primeiros tempos

Guerra Civil no Sul e a anistia

A morte de Floriano Peixoto

A campanha contra Prudente de Moraes

O licenciamento de Prudente de Moraes

O retorno de Prudente de Moraes

O levante da Escola Militar

O atentado contra a vida de Prudente de Moraes

A morte do Marechal Bittencourt

Prudente de Moraes recebe o apoio popular

As origens do atentado

Os inquéritos policiais

A confissão de Deocleciano Martyr

Marcelino Bispo

As punições

Os protestos da Câmara e do Senado

E agora, Campos Sales

CONCLUSÃO

“A anatomia das províncias é para nós mais do que um interesse imposto pela solidariedade dos direitos e das relações provinciais, é um princípio cardeal e solene que inscrevemos em nossa bandeira.

O regime da Federação, baseado, portanto, na independência recíproca das províncias, elevando-as à categoria de Estados próprios unicamente ligados pelo vínculo da mesma nacionalidade e da solidariedade dos grandes interesses da representação e da defesa exterior, é aquele que adotamos em nosso partido.”

Trecho do Manifesto do Partido Republicano – 1870.

RETROSPECTO DO GOVERNO PRUDENTE DE MORAIS

A posse do Presidente

“No dia 2 de novembro de 1894, chegou ao Distrito Federal Prudente José de Moraes Barros. Na estação nenhuma autoridade o aguardava. À tarde, no hotel, recebe visita protocolar do Capitão-Tenente Sadock de Sá, ajudante-de-ordens de Floriano. No dia seguinte, pede audiência ao vice-presidente da República, o qual não responde ao seu telegrama.

De carro de aluguel, foi Prudente prestar o juramento ao Senado, onde cálidos aplausos o festejam; e chegou ao Itamaraty sem ninguém para lhe tomar à entrada o chapéu. (...). Já estava ali com os novos ministros, perplexos, quando se apresentou Cassiano do Nascimento, ministro da Justiça. Com um rápido discurso, disse que o marechal lhe transmitia o poder.”¹

Não houve cerimônia de posse; ela fora completamente esvaziada. Esse fora o propósito. Prudente de Moraes iniciava o governo diminuído.

Floriano Peixoto não aceitara o aceno de seus partidários a ele mais chegados para permanecer ditatorialmente no governo. Gostava de dizer que era um homem da lei e da ordem e que respeitaria o Presidente eleito, embora não fosse ele o da sua preferência.

Retirou-se, pouco depois, para a estação de Divisa, na busca tardia da cura de seus males, oriundos do tempo da guerra com o Paraguai e agravados pelo desgaste sofrido com seu empenho em consolidar a República.

Nada deixou escrito sobre seu desejo de continuar no poder. Pode-se conjecturar que apenas ele e seu médico sabiam que não tinha mais saúde para tal mister.

Primeiros tempos

Todavia, Prudente de Moraes, embora enfraquecido e desprestigiado, era o Presidente da República, e, com ele, os representantes daqueles que constituíam a economia agro-exportadora dos cafeicultores do oeste paulista chegavam ao poder que almejavam e que não puderam conquistar no 15 de Novembro de 1889.

São Paulo garantira a vitória do Governo contra os federalistas do Sul e a Armada de Custódio e Saldanha. O executivo paulista não poupou recursos em dinheiro, armas e pessoal no combate aos revoltosos. No Congresso, a monolítica bancada paulista, com o apoio de Minas Gerais, então o maior colégio eleitoral, atendeu a todas as solicitações de Floriano Peixoto.

Em decorrência, o Marechal, em plena guerra civil, teve de aceitar as manobras do habilidoso político Francisco Glicério, que culminaram com a indicação para as próximas eleições dos nomes de Prudente de Moraes e do baiano Manuel Vitorino, para os cargos de Presidente e vice-presidente da República.

Aos signatários do Manifesto Republicano de 1870, redigido idealisticamente, faltou a percepção da impossibilidade de que uma Federação constituída por Estados desiguais – e com as desigualdades marcantes entre Estados ricos, remediados e pobres – não derivasse para uma Federação hegemônica sob o comando de São Paulo e Minas Gerais.

No entanto, com todo o poder de São Paulo, que em 1890 exportava mais que a soma dos demais Estados brasileiros, foram muitas as dificuldades enfrentadas pelo governo Prudente.

Guerra civil no Sul e a anistia

O Presidente assumira o cargo com a guerra civil definida a favor do governo, mas ainda acesa no Rio Grande do Sul, principalmente devido à posição obstinada de Saldanha da Gama. A guerra continuava ser um sorvedouro de recursos, de vidas e um estímulo ao ódio entre brasileiros.

Prudente de Moraes teve o tirocínio e a coragem para iniciar o processo de paz. Alijou dos entendimentos políticos Júlio de Castilhos, Gaspar Silveira Martins e o Almirante Saldanha. As discussões foram encetadas entre o representante do Presidente, General Inocêncio Galvão, e o General Honorário José (Joca) Tavares, “que possuía o comando militar sobre os caudilhos em armas. Ele, não Silveira Martins, passaria a conduzir as negociações do processo de paz, que eram negociações políticas”.²

A 24 de junho de 1895, morre Saldanha em Campo Osório e, em 6 de julho, é enterrado, no Rio de Janeiro, Floriano Peixoto, sob forte emoção de enorme massa popular. Dois dos maiores empecilhos para as discussões em prol da paz não mais existiam.

As negociações foram concluídas com o acordo assinado em 23 de agosto de 1895, onde se destacou o trabalho persistente

do General Galvão de Queiroz, que não foi um simples cumpridor de ordens do Presidente, pois que tomou iniciativas da maior importância, inclusive aquela em que permitiu que se discutisse a questão da anistia, com a promessa de seu empenho pessoal junto ao Presidente, para que esse magno tema fosse encaminhado ao Congresso. Prudente de Moraes aprovou todas as iniciativas do General Galvão.

Faltou unanimidade entre os ministros no que concernia às cláusulas acordadas com os federalistas, além da oposição firme de Júlio de Castilhos.

Dentre os pontos discutidos constavam: “a posse efetiva de todos os direitos que a Constituição confere a todos os cidadãos; reconstituição do Rio Grande do Sul de acordo com a Constituição Federal; direito de requerer indenizações por prejuízos sofridos com o abastecimento das forças do governo”,³ e até a intervenção federal no Rio Grande. Dois republicanos históricos opuseram-se ao protocolo: os “generais” Francisco Glicério e Quintino Bocaiuva. A paz, assim conseguida, para eles era um acinte à política do Marechal Floriano; defendiam a rendição incondicional. Contudo políticos proeminentes colocaram-se ao lado de Prudente, entre eles Campos Sales, Manuel Vitorino, Leopoldo Bulhões e Ubaldino do Amaral.

O Presidente, com o Ministério dividido, determinou ao General Queiroz Galvão que concluísse as negociações, exceção feita à intervenção federal, que feria a soberania do Estado, segundo a Constituição. A mudança da Constituição positivista do Rio Grande do Sul acabou por não ocorrer.

A Prudente de Moraes interessava a anistia. Percebia que iria necessitar da colaboração dos inimigos de ontem. Seus adversários no Congresso, na imprensa, nas ruas e nos quartéis já haviam iniciado a união de forças para uma oposição implacável ao

processo de anistia. Prudente empenhou-se pessoalmente na luta política que se travou no Congresso, ao ponto de afirmar que resignaria, se a anistia não saísse. O projeto que no Senado a concedeu ampla caiu na Câmara. Glicério, em seguida, apresenta outro com restrições; dela foram excluídos os militares que só voltariam ao serviço ativo após dois anos. A anistia foi decretada a **21 de outubro de 1985**.

A morte de Floriano Peixoto

A morte do Marechal Floriano Peixoto tornou-se acontecimento em favor de sua glorificação. Registra Luiz Edmundo: "Um terço dos moradores da cidade, ou, talvez, mais, assistiu à solene passagem desse cortejo que levou horas e horas a desfilar (...). Vi homens de joelhos pelas ruas, senhoras que choravam. (...). Jamais uma romaria cívica, até hoje, logrou, que eu saiba, uma importância igual. (...). Para se ter uma pequena idéia do que foi esse acontecimento extraordinário, basta lembrar que no momento em que chegava à porta do Campo Santo o ataúde que conduziu o grande morto, a longa fila dos que o acompanhavam, em passo vagaroso, ainda era vista pelo Largo da Glória entrando pela Rua do Catete. Uma verdadeira apoteose."⁴

"Discursos, mais que inflamados, violentos são proferidos por Raul Pompéia e Irineu Machado, interrompidos com vivas a Floriano e morras a Prudente. Dez dias depois, fanáticos florianistas atacaram a redação da *Cidade do Rio*, jornal de José do Patrocínio, que se negara a hastear a bandeira a meio pau, por ocasião da morte do Marechal Floriano. Patrocínio é obrigado a fugir da cidade."⁵

Quando a família vestia o morto, encontrou no bolso do casaco um documento escrito por Floriano, que passou a ser conhecido e entendido como o "Testamento

Político do Marechal Floriano Peixoto". Era o agradecimento que faria a um grupo de moços que iria prestar-lhe homenagem em Divisa. Dele consta: "A vós que sois moços e trazeis vivo e ardente no coração o amor da Pátria e da República, a vós corre o dever de ampará-la e defendê-la dos ataques insidiosos dos inimigos."

Diz-se e repete-se que ela (a República) está consolidada e não corre perigo.

Não vos fieis nisso e não vos deixeis apanhar de surpresa. O fermento da restauração agita-se em uma ação lenta mas contínua e surda. Alerta, pois!"

A campanha contra Prudente de Moraes

A campanha contra o Presidente intensifica-se após a morte de Floriano. A lembrança do Marechal, de um homem forte e decidido, contrasta com a de Prudente, apontado como fraco e indeciso. Era apodado com o apelido de *biriba*, de "*taciturno do Itamaraty*", conforme Rui Barbosa.

Após a assinatura do protocolo que determinou a paz e a aprovação pelo Congresso da anistia, a oposição tornou-se radical. A imprensa tradicional, os pasquineiros jacobinistas, com destaque para *O Jacobino*, de Deocleciano Martyr, por sua linguagem desabrida, e mesmo jornais monarquistas, os políticos oposicionistas, florianistas civis e militares e o movimento jacobino das ruas denegriam o Presidente, ao ponto de inibirem-no mesmo de governar.

"A cólera contra Prudente de Moraes, segundo os jacobinos, provinha de ser ele um tíbio, um fraco, que condescendia com o inimigo da véspera, concedendo-lhe paz e anistia, e que não possuía a devida atenção com a conspiração monarquista. Sua conduta nada tinha a ver com a energia, o poder de decisão, o patriotismo e o republicanismo do Marechal Floriano Peixoto."⁶

A 21 de março de 1895, reuniu-se o Clube Militar. Compareceram, além dos sócios, oficiais do Exército e da Armada alheios à instituição, políticos e civis. É aprovada moção de crítica indireta ao governo, com votos dos próprios elementos situacionistas, que é transmitida para todas as guarnições dos estados e aos “generais” Francisco Glicério e Quintino Bocaiuva.

Por ocasião do primeiro aniversário da morte do Marechal Floriano Peixoto, foram realizados vários atos de apoio à sua memória, em destaque para “(...) a procissão cívica no Rio, que conta com a participação de representantes do Clube Militar, Escola de Sargentos, Partido Republicano Federal, Apostolado Positivista, Guarda Nacional, Clube Republicano, Faculdade Livre de Direito”.⁷

A reeleição de Rui Barbosa ao Senado da República, graças ao apoio do novo governador da Bahia, o Conselheiro do Império Luiz Viana, causa a indignação dos jacobinos. Derrotara César Zama, político radical, orador fluente que, na Câmara, tanto hostilizara Deodoro da Fonseca.

A pressão contra Prudente crescia em intensidade.

Em outubro de 1895, começaram os rumores em relação ao estado de saúde do Presidente da República. Os jacobinos rejubilam. Poderiam chegar ao poder pela via normal, sem as incertezas do confronto direto com apelo à violência. Deveria ser grave o mal do qual se dizia sofrer o Chefe do Executivo.

Prudente de Moraes, doente, enfraquecido fisicamente, atacado pelo movimento jacobino-florianista, desabafa em carta dirigida a Bernardino de Campos, datada de 24 de março de 1896:

“Sei que os jacobinos têm-me ódio e tornam-se dia a dia mais arrogantes – à proporção que vão sendo animados pelos chefes Generais Quintino e Glicério – e logo que se

sintam com forças para substituir-me por algum general que faça a política forte do Marechal, não adiarão para o dia seguinte.”⁸

O licenciamento de Prudente de Moraes

Prudente de Moraes se licencia.

“Em 10 de maio de 1896, Prudente de Moraes pede licença para tratamento de saúde, sendo substituído pelo Vice-Presidente Manuel Vitorino. O precário estado de saúde do Presidente fazia crer que ele dificilmente sobreviveria.”⁹

Manoel Vitorino não fez por menos. Assumiu o cargo na certeza de que Prudente de Moraes não retornaria à Presidência. Diz da dificuldade de governar com ministros que não foram da sua escolha. Fala em governo de base duradoura e capaz de executar o programa por ele concebido. Acena, por fim, com a compreensão de Prudente, que deveria renunciar em seu favor.

Vitorino recebe apoio da bancada gaúcha, representante dos anseios castilhistas e dos florianistas do Rio Grande. Todavia, a forte e unida bancada paulista não estava a fim de entregar o poder enquanto Prudente vivesse.

Bernardino de Campos, senador – após haver passado o governo de São Paulo a Campos Sales –, bem entende os propósitos do vice-presidente e contorna habilmente, com o raciocínio de exímio enxadrista, o lance de Vitorino, que perigosamente avançara suas peças. Sugere a mudança do Ministério e promete que obterá o beneplácito do Presidente enfermo para sua proposta.

De fato, o Ministério foi alterado segundo o gosto do Presidente em exercício, exceção feita ao Ministério da Fazenda, que passou a ser ocupado pelo próprio Bernardino de Campos, em substituição a Rodrigues Alves. Com essa manobra, São Paulo continua a ditar a política econômico-financeira em favor do setor agroexportador.

tador paulista, a esta altura inserido no contexto do capitalismo internacional.

Manoel Vitorino demonstrou não possuir a habilidade ou talvez fosse mesmo muito difícil conseguir congregar a frente que o apoiava. Assim, o predomínio político jacobinista, até por falta de um programa de governo, vai pouco a pouco se desagregando. Não foi possível unir o Partido Republicano Federal, castilhistas, jacobinos, militares-florianistas e outros. Vitorino, na ausência de Prudente, agiu à semelhança de um politiquês ambicioso, mas faltava-lhe o carisma do chefe, que apenas com a sua presença assegura o apoio dos seguidores.

O País passou a viver o problema de Canudos; os sertanejos de Antônio Conselheiro eram identificados com os monarquistas que, no Brasil e no exterior, lhes prestavam apoio em material e pessoal. Não era verdade. Mas a imprensa e os políticos, exceção dos monarquistas, que sempre negaram esta acusação, convenciam a todos, tornando verdade a mentira política engendrada.

Manuel Vitorino, ao determinar o envio para os sertões da Terceira Expedição e entregá-la ao comando do Coronel Moreira César, temido pelos crimes que mandara praticar em Santa Catarina, Paraná e Rio de Janeiro, apostou alto na derrota do Conselheiro. Com a vitória rápida que esperava, teria condições políticas e apoio das correntes jacobino-florianistas para tentar a permanência definitiva no poder.

Todavia, "o homem põe e Deus dispõe", conforme o antigo brocardo.

O retorno de Prudente de Moraes

A 4 de março de 1897, em silêncio, o "taciturno do Itamaraty", segundo Rui Barbosa, o *biriba* piracicabano, o retraído e apático Presidente da República, segundo

a opinião dos que lhe faziam oposição, chega ao Catete, senta-se em sua cadeira, toma posse, participa aos governadores, para, só depois, comunicar seu ato a Manuel Vitorino, que veraneava na Tijuca.

Os jacobinos, políticos de oposição, militares florianistas e positivistas, o próprio Manuel Vitorino, entenderam que, a partir daquele momento, o poder só seria conquistado por um golpe de força. Começaram a conspirar e a encurralar Prudente de Moraes pela imprensa, no parlamento e nas ruas. O Governo passou "a oscilar entre atos de força e de timidez grave, com a desordem solta desde 8 de março pelas ruas da cidade".

A 7 de março, três dias após o retorno do Presidente, chega ao Rio a notícia da derrota sofrida pela Terceira Expedição e da morte de Moreira César. O povo sai às ruas do Rio, de São Paulo e de outras capitais, promovendo arruaças e depredações, inclusive com o empastelamento de jornais monarquistas. Nilo Peçanha, Timóteo da Costa, João Clap, Deocleciano Martyr discursam na Rua do Ouvidor e no Largo de São Francisco, incitando a multidão.

Agora, haveria a certeza da conspiração sebastianista, pois só com a presença e apoio material de monarquistas oriundos do Brasil e de fora poderiam "os sertanejos brancos" haver derrotado a Expedição bem montada, sob o comando do temido Moreira César.

"A insanidade prosseguia, animada por oradores ardorosos e pela imprensa republicana, que, sem dar ouvidos à razão e à lógica mais elementar, açulavam o povo"¹⁰ contra os monarquistas.

A residência do Coronel Gentil de Castro, monarquista atuante, que se encontrava em Petrópolis, é invadida e depredada.

A multidão pede ação rápida e enérgica de Prudente de Moraes contra os monarquistas estabelecidos em Canudos. O Clu-

be Militar se reúne com o mesmo propósito. Manuel Vitorino escreve carta que é lida na reunião, com uma tirada demagógica em seu final: "(...) Peço que transmitais aos vossos nobres camaradas o pesar profundo que me punge e podeis afirmar-lhes que para vingar a morte do distinto militar (Moreira César), estarei ao lado deles aqui ou no teatro da luta, onde for necessário a minha presença."¹¹

A violência continuava e culmina com o assassinato a tiros de Gentil de Castro, que se encontrava na companhia de Ouro Preto e Afonso Celso, na estação ferroviária, de onde seguiria para Petrópolis. Os indiciados levados ao Tribunal do Júri foram absolvidos.

O Governo, timorato, concorreu com o relatório frouxo do ministro da Justiça e Negócios Interiores ao Presidente da República, para a absolvição dos assassinos, entre os quais se encontravam militares e civis, um deles filho de Benjamin Constant.

Entretanto, a situação aos poucos ia mudando, apesar de apresentar um recrutamento das ações dos jacobinos. Embora o Presidente ignorasse, o Exército – em parte e entre seus chefes – não mantinha simpatias com o grupo jacobino.

O setor agroexportador de São Paulo começara a identificar, nos jacobinos, o inimigo maior a combater.

Prudente de Moraes determinou a organização da Quarta Expedição e entregou o comando ao General Artur Oscar, florianista e dos principais chefes na luta contra os federalistas de Gumercindo Saraiva.

O *Estado de São Paulo* enalteceu o Presidente por sua "presteza e energia". Contudo, o jornal manteve sua postura contra os restauradores com a mesma ênfase. Continuava, com nuances de redação, a encerrar Canudos como movimento restaurador: "(...) Fosse ou não monarquista em seu nascedouro, o certo é que hoje o é, e que,

como tal, tem que ser tomado e, como tal, tem que ser combatido."¹²

O levante da Escola Militar

A Escola Militar da Praia Vermelha era um reduto florianista.

Os políticos que se opunham ao Presidente trabalhavam os alunos e oficiais modernos, no sentido de manter a agitação. Inexistia o respeito à hierarquia e à disciplina, preceitos basilares da instituição militar.

A Escola, em março de 1895, levantara-se. Os alunos vaiaram seu comandante, o General Jacques Ourique, deodorista e amigo de Deodoro, que, na Revolução Federalista, engajara-se contra Floriano Peixoto.

O ministro da Guerra, agora o ínclito Marechal Carlos Machado Bittencourt, paulista e não simpatizante de Floriano, ordenara que fossem requisitados 50 mil cartuchos Mauser que seriam enviados ao Rio Grande, em razão da revolução no Uruguai. A 26 de maio de 1897, dia marcado para a retirada da munição, a Escola Militar se revolta sob o comando do Capitão Servílio Gonçalves. O comandante General Girard e o sub-comandante Coronel Trompoviki são presos. As tropas do Governo cercam a Escola e dominam os rebeldes. Os alunos são recebidos pelo Ministro da Guerra, pedem para terem suas faltas reveladas e dizem "que o Governo devia atendê-los, porque eles representavam a República. O ministro responde que a República são todos os cidadãos"¹³ e, com energia, mantém o ato de expulsão dos 165 cadetes e prende os oficiais envolvidos.

Este ato de rebeldia – "num ambiente de anarquia social, onde parecia estar ausente toda a autoridade pública"¹⁴ – teve desdobramentos políticos que fortaleceram Prudente de Moraes e definiram claramente

as posições dos políticos dentro do Partido Republicano Federal.

O acontecimento refletia-se imediatamente no Congresso.

Os cadetes são defendidos por Serzedelo Correa e Francisco Glicério, com "tons de retórica babosa", recheada de "sentimentalismo matreiro", segundo Raymundo Faaro. O Governo firma posição no sentido da manutenção da ordem.

"O Estado de S. Paulo, que, aos poucos, modificava o seu pensamento, edita: "(...) seja qual for a ordem de serviços prestados à República pela Escola Militar, o reconhecimento desses serviços não pode ir até o ponto dela discutir e desobedecer as ordens emanadas das autoridades competentes (...). (...) e o ato dos estudantes é uma prova real e evidente do espírito de disciplina que entre eles reina e governa."¹⁵

Os ânimos acirram-se no parlamento. A tensão é grande. Era chegada a hora de conhecer-se quem era quem e de que cada um definisse claramente sua posição e pensamento político.

"O Presidente quer o confronto direto e último entre o Partido Republicano Federal e sua autoridade. Telegrafa a Campos Sales: 'Representação São Paulo precisa escolher entre o governo com a ordem e Glicério com a anarquia militar.'¹⁶

No meio da confusão reinante na Câmara, o hábil político baiano José Joaquim Seabra, o J. J. Seabra, "que Luiz Viana fizera eleger, contrariando Glicério, e que na Câmara conserva a desenvoltura de **livre atirador**",¹⁷ no dia **28 de maio**, apresenta requerimento à Câmara, pedindo que se nomeie "uma comissão a fim de congratular-se com o Presidente da República, pela manutenção da ordem pública e prestígio da Constituição no dia 26 do corrente".

Francisco Glicério, velha raposa, percebeu, com clareza, onde desejava chegar J. J. Seabra. Opõe-se, com veemência, à apro-

vação do requerimento, que, posto em votação, é rejeitado por 86 votos a 60. O deputado Artur Rios, presidente da Câmara, solicitou demissão do cargo, por haver votado com os governistas. O pedido é aceito por 79 votos contra 71.

No mesmo dia, o *Jornal do Brasil* publicou nota plantada pela Presidência da República onde constou que o Sr. Francisco Glicério não expressava o pensamento do Sr. Presidente da República, e que em seu último discurso mostrara inclusive divergências. E conclui: "É provável que a situação se torne mais franca e desapareçam as ambigüidades de certas atitudes políticas, tomando cada um a sua posição e as responsabilidades que lhe pareçam perante a opinião."¹⁸

Em diversos Estados, mormente em São Paulo, o povo na rua divide-se entre o Presidente e Francisco Glicério. Os duelos verbais entre as partes terminavam, quase sempre, em pancadaria.

Os políticos governistas propõem reconduzir Artur Rios à presidência da Câmara. Glicério seria seu oponente.

Prudente de Moraes, conciliador, tenta negociar um terceiro nome. Glicério e Pinheiro Machado não aceitam.

Os nomes de Artur Rios e Francisco Glicério vão à votação do plenário. Artur Rios é reconduzido por 88 votos contra 76. "Ganhara com as bancadas da Bahia, Pernambuco, Minas Gerais e São Paulo."¹⁹

A Convenção do Partido Republicano Federal ocorreu a **22 de junho de 1897**, entre ataques e acusações mútuas. Ao seu término, o Partido estava definitivamente dividido. Com Prudente de Moraes, permanecem a sua maioria. Francisco Glicério, "o General das vinte e uma brigadas", iniciara o seu ocaso político.

A agitação política e militar nas ruas continuaria crescendo. Definia-se, a cada instante e com maior clareza, o propósito

da oposição jacobino-florianista-positivista de derrubar por qualquer meio o Presidente da República.

O atentado contra a vida de Prudente de Moraes

No dia 5 de novembro de 1897, chegou ao Rio de Janeiro o General Silva Barbosa e o primeiro contingente que regressava de Canudos.

O Presidente, o vice-presidente, o ministro da Guerra, políticos, estiveram a bordo, onde o General Silva Barbosa foi cumprimentado por Prudente de Moraes.

Desembarcaram às 13 horas com destino ao Arsenal de Guerra, onde, desde cedo, concentrava-se o povo.

“Quando o chefe do governo, cercado de autoridades, atravessa o pátio do Arsenal, da multidão salta repentinamente sobre ele um anseçada do Exército, que tenta atacá-lo.”²⁰

A morte do Marechal Bittencourt

O Marechal Carlos Machado Bittencourt interpõe-se entre o assassino e o Presidente, e o Coronel Mendes de Moraes o auxilia na tentativa de imobilizar o criminoso. O marechal, atingido por golpes de faca, é morto. O tiro da pistola que o anseçada trazia falhara na tentativa de matar Prudente de Moraes.

O Presidente é rapidamente retirado da cena e conduzido ao Palácio do Catete.

“A paixão jacobina imolara um herói.”²¹

Prudente de Moraes recebe o apoio popular

Mudara, nesse instante, a situação política do País. O povo, em seu conjunto,

possui a sensibilidade para reagir a situações extremas e destituídas de qualquer sentido de grandeza. Não admitiu a infame tentativa de assassinato de Prudente de Moraes e o sacrifício do Marechal Carlos Machado Bittencourt.

Aqueles que dias antes, na véspera e mesmo na manhã do dia 5 de novembro, apupavam o Presidente, enchem-se de indignação e revolta e, “na madrugada do dia 6, populares furiosos atacam e empastelam o República, a Folha da Tarde e O Jacobino. O Clube Militar reúne-se em sessão secreta. Em frente à Câmara, segundo o Estado de S. Paulo (8/11/97), a multidão aclamou entusiasticamente o Presidente da República, dando morras a Glicério, ao Partido Republicano Federal, aos jacobinos. (...) Em São Paulo, não era menor a indignação, (...) uma enorme multidão erguia vivas ao Presidente da República e bradava indignada contra o assassinato”.²²

Prudente de Moraes, embora desaconselhado, acompanha o enterro do Ministro da Guerra, ocasião em que recebeu estrondosas manifestações de apoio.

“O povo ‘em delírio de bravos, de aplausos, de saudações’, quis tirar-lhe os cavalos da carruagem, cercou-o, desagrovou-o, numa demonstração ululante de sentimentos diametralmente opostos às brutalidades da era anárquica, que acabava ali. Prudente acolheu, severo e triste, essa apoteose, para dela tirar a energia repressiva de que necessitava. Havia vigorosamente a força moral com que replicou as violências passadas: e se fez temível.”²³

“Prudente de Moraes dirigiu-se à Nação em enérgico manifesto declarando que ‘o precioso sangue de um marechal do Exército brasileiro derramado heroicamente na defesa da pessoa do chefe do Estado dá a

* N.A. Rui Barbosa, discurso de 10 de novembro, apoiando o projeto de estado de sítio. Nota de Pedro Calmon.

certeza de que os incumbidos da sustentação da autoridade pública e das instituições não hesitam no cumprimento do seu dever, ainda mesmo quando levados ao extremo sacrifício.”²⁴

O Presidente da República agiu com rapidez, acorde com o momento que lhe era inteiramente favorável: **no dia 8 de novembro**, solicitou ao Congresso a declaração do estado de sítio por 30 dias no Rio de Janeiro e em Niterói, aprovada de imediato e efetivada a 12 de novembro. Determinou, então, a abertura de diversos inquéritos, onde foram indiciados entre “os figurões da República” o Senador João Cordeiro, os deputados Alcindo Guanabara, Alexandre José Barbosa Lima, o ex-todo-poderoso Francisco Glicério e o Vice-Presidente da República, Senador Manuel Vitorino Pereira. Vários oficiais do Exército de patentes mais baixas, um oficial de Marinha, Rodolfo Lopes da Cruz, jornalistas, foram apontados por terem tido relações com o assassino, o Anspeçada Marcelino Bispo.

Prudente, na vigência do sítio, desativara a Escola Militar da Praia Vermelha, mandara fechar o Clube Militar, impedira reuniões dos grupos jacobinos, dissolvera os clubes patrióticos e calara a imprensa oposicionista.

Quanto aos políticos de oposição... bem, os políticos... “em sua grande maioria trataram imediatamente de assegurar-lhe lealdade”.²⁵ Se assim procederam foi porque eram “políticos”...

As origens do atentado

O atentado não fora um ato inopinado. Vinha sendo urdido com antecedência, a partir do retorno de Prudente à Presidência da República; para alguns, “desde a concessão da anistia de 1895 falava-se em golpe”.²⁶

Prudente, em carta a Bernardino de Campos, apontava indícios fortes para a sua

deposição: “linguagem um pouco acirrada dos jornais afetos ao jacobinismo”, reuniões secretas com a presença de Pinheiro Machado, boatos de demonstrações bélicas. Além disso, em vésperas de encerrar-se o Congresso, “o senador Quintino Bocaiuva, dirigindo-se a dois colegas, com os quais não tem intimidade, e assumindo ares de Cassandra, disse que dentro de 90 dias teríamos acontecimentos graves – que dariam em resultado a minha substituição por alguém que fizesse governo forte, seguindo a política do marechal”.²⁷

Rui Barbosa, em discurso no Senado, na sessão de 22 de setembro de 1898, afirmava: “(...) os fatos que desfecharam no terrível acontecimento de 5 de novembro eram previstos, eram notórios nesta cidade, constituíram o objeto da conversa geral, todas as suas circunstâncias eram preditas, declinavam-se nomes, lugares, datas, artifícios; tudo enfim se sabia”.²⁸ Quase um ano após o atentado, o ilustre jurista procedia como autêntico profeta de fatos. Se estava tão seguro das artimanhas conspiratórias, por que não as denunciou, na tentativa de abortá-las, da mesma tribuna e pela imprensa?

O governo, de fato, tinha conhecimento de que contra ele se tramava. Recebia informes e avisos de correligionários da Capital e dos Estados. “Por volta de junho já se veiculava a questão no Congresso, pois o senador antiprudentista Vicente Machado (28/6/97) argumentaria, indignado, que não sabia ‘quais os motivos que tem o governo para suspeitar deste ou daqueles cidadãos’ e afirmaria: ‘Estamos em franca oposição ao Sr. Presidente da República, mas oposição constitucional; não autorizamos que se desconfie de que promovemos qualquer movimento revolucionário’”.²⁹

“Ramiro Barcellos (23/7/97), senador implicado no atentado, procurando desfazer as dúvidas: ‘(...) nós que privamos com os

principais chefes militares, podemos dar testemunho da correção do seu procedimento e das injustiças que lhe tem feito o governo do País, desconfiando da tropa e da própria guarnição da Capital, procurando formar da polícia local uma espécie de guarda pretoriana (...). É preciso que de uma vez por todas se diga bem alto ao País: inventa-se, leva-se a alma tímida do Presidente da República desde que subiu ao poder, a convicção de que existe uma conspiração tramada contra S. Ex^a, conspiração em que estão envolvidos os mais qualificados membros do partido republicano e os mais distintos generais do Exército (...).³⁰

Os inquéritos policiais

Os inquéritos concluíram que o atentado resultou de elaborada trama, na qual “a eliminação do Sr. Presidente da República pela morte foi uma questão longamente discutida e premeditada pelos indivíduos que a resolveram”.^{31*}

As conclusões finais do relatório foram assim resumidas:

“1) O atentado foi fruto de conspiração há longo tempo tramada e da qual faziam parte muitos militares, em geral oficiais da baixa patente, e vários civis de importância no cenário político do País.

2) A tentativa não fora a primeira tramada pelos conspiradores. Em várias ocasiões Prudente escapara sem o saber.

3) A articulação golpista não se restringiu ao Rio de Janeiro. O gesto de Marcelino Bispo resultou de um dos planos para depor o Presidente, mas havia outros em marcha – embora totalmente independente daquele – em diferentes Estados.”³²

A confissão de Deocleciano Martyr

O nome de Deocleciano Martyr, capitão honorário do Exército e dono e editorialista de *O Jacobino*, foi o primeiro para o qual se voltaram as suspeitas. Preso e interrogado, a princípio negou as acusações, mas, ante às evidências apresentadas, acabou por confessar sua participação, “indicando um a um seus companheiros, todos co-participantes do abominável plano”.^{33**}

Esclareceu que se conspirava há muitos meses: “Pouco depois de ter o Dr. Prudente de Moraes reassumido o governo, em março, ele Deocleciano compareceu a uma reunião secreta nos fundos do Clube Militar, reunião esta composta de vários oficiais do Exército (cita os nomes), do Capitão-Tenente Rodolfo Lopes da Cruz e do Capitão Servilho José Gonçalves, ficando aí resolvido conspirar-se contra o governo (...)”.^{34***}

“A partir de então as reuniões passaram a ser realizadas na farmácia de Umbelino Pacheco, capitão reformado da Brigada Policial. Nas discussões sobre os planos para a derrubada do governo, o predominante foi o assassinato, por qualquer forma, do Presidente da República.”^{35****} Canudos era então o grande tema de acusação ao governo: “(...) aquilo era o tótem do Exército (...). A República perigava (...). Os mais terríveis inimigos ali estavam (...). O melhor era ir ao extremo (...). O mal vinha do Catete (...). O Dr. Prudente de Moraes devia deixar o governo ainda mesmo pela eliminação, pelo assassinato (...)”.^{36*****}

Resolvido este, várias tentativas foram feitas: “à do dia 7 de setembro, no jardim da Praça da República, estava presente o Capitão Marcos Curius, que comandava a

* N.A.: Relatório do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, p. 85.

** N.A.: Relatório Neiva, p. 22.

*** N.A.: Relatório Neiva. Depoimento de Deocleciano Martyr, p. 72.

**** Relatório Neiva; ib, p. 73.

***** Relatório Neiva; ib., p. 23.

força incumbida do policiamento do mesmo jardim por ocasião do festival que ali se realizava; que para facilitar qualquer tentativa de assassinato contra o Presidente, o piquete que acompanhava o carro ia sempre prevenido, sendo que isso era arranjado pelo Capitão Fredolim, do 9º de Cavalaria, e pelo Capitão Barbosa, ajudante do 1º de Cavalaria; que o coronel-comandante do 1º Regimento de Cavalaria tinha completo conhecimento do plano de assassinato, porque com o mesmo coronel, ele, Deocleciano, conversou sobre o assunto na presença do tenente secretário, sabendo também o Tenente Cemobelino e o Capitão Servílio, a quem ele, Deocleciano, contava tudo”.*

“Os conspiradores já tinham aliciado Marcelino Bispo para o cumprimento da tarefa; nesse dia 7 de setembro, partiu para a Praça da República decidido a executá-la; ‘entrou pelo portão em frente ao Quartel General e colocou-se por trás do Presidente, que tinha à sua frente duas moças, vindo junto ao Presidente o General Cantuária (...), refletiu que era dia de festa nacional, que ali se achava perto do Presidente o General Cantuária que o havia tratado tão bem e arrependeu-se, saiu pelo portão fronteiro ao Corpo de Bombeiros (...)’.”**

Em seu depoimento, Deocleciano Martyr refere-se a duas outras tentativas de assassinato do Presidente a serem executadas por Marcelino Bispo: a da Academia de Belas Artes e a que deveria ocorrer no Teatro Lírico.

“Seu depoimento implica altas figuras da República: deputados; senadores e nada menos que Francisco Glicério e Manuel Vitorino.

Em relação ao primeiro, diria que ‘estive na Câmara dos Deputados e conferenciei com o mesmo general sobre o plano do assassinato do Presidente da República, dizendo-lhe, o General Glicério, tudo conhecer, estar de completo acordo e que perguntou a ele, Deocleciano, que não o procurasse mais na Câmara para não causar suspeita, entendendo-se com ele quando necessário fosse, por meio de carta ou em outro qualquer lugar que não na Câmara (...)’.”***

Quanto a Manuel Vitorino, por duas vezes com ele conversou, no Senado, ‘mas com este não teve a franqueza de relatar tudo. Deu-lhe, entretanto, ali a conhecer alguma coisa, notando que o mesmo doutor não era estranho ao plano’.”****

No entanto, ao ser acareado com outro participante da conjura, diria que, indo ao Senado, deparou com Manuel Vitorino, perguntando-lhe este: ‘Então Deocleciano, como vai o negócio?’. Compreendendo assim, que ‘pelo modo por que era feita a pergunta, que referia-se ele à tentativa contra o Presidente da República, entrou em conversação com o mesmo Dr. Manuel Vitorino sobre o assunto, dizendo-lhe que era seu desejo entender-se diretamente com ele, Manuel Vitorino, sobre a deliberação tomada por ele, Deocleciano e seus companheiros, quanto ao assassinato do Dr. Prudente de Moraes’.”*****³⁵ Diz que Manuel Vitorino fez ver que se tratava de conspiração diferente e que por isso necessitava de uma carta de Deocleciano, para apresentar aos que com ele, Vitorino, conspiravam. “O redator de *O Jacobino* teria escrito a carta, mostrando-a ao Senador João Cordeiro e, em seguida, entregando-a ‘pessoalmente ao Dr. Manuel Vitorino Pereira, que, lendo-a,

* N.A.: Relatório Neiva, ib, pág. 75-76.

** N.A.: Relatório Neiva. Depoimento de Marcelino Bispo, p. 58.

*** N.A.: Ib. Depoimento, Deocleciano Martyr, p. 74.

**** N.A.: Ib., ibidem, p. 74.

***** N.A.: Relatório Neiva – Depoimento de Deocleciano Martyr, p. 74.

achou-a muito boa e disse-lhe que ficava assim a provar à Convenção que se estava trabalhando, recomendando a ele, Deocleciano, toda cautela e segredo".³⁶

"Também o Senador João Cordeiro estaria a par: 'conversando com ele, Deocleciano, disse conhecer todo o fato, achando magnífico o assassinato, como meio prático e rápido de resolver a situação'."

Irineu Machado e Barbosa Lima aprovaram o plano, ficando o conspirador, desse modo, 'ciente de que desde seu início as reuniões a que se referiu eram conhecidas desses políticos e deles tinham apoio'.³⁷

Os depoimentos deixam clara a familiaridade de que Deocleciano desfrutava junto aos políticos e militares. Frequentava regularmente o Congresso, onde confabulava com deputados e senadores do núcleo considerado jacobino. A carta que diz ter enviado a Manuel Vitorino foi escrita no 1º Regimento de Cavalaria, sobre a mesa do Capitão Servílio Gonçalves. Na manhã do atentado, fora esperar o resultado deste nas instalações daquele Regimento, 'jogando o solo com Capitão Servílio e outros oficiais'.³⁸

Marcelino Bispo

Oriundo de Murici, Alagoas, era um ingênuo, conforme se depreende de seu depoimento. Sentou praça em Pernambuco. "Era trabalhador e obediente, se bem que bisonho e taciturno, segundo João Doria Filho. Idolatrava Floriano Peixoto. Provinha de uma região na qual, como em todo o Nordeste, o fanatismo ajudava, em parte, a superar o pauperismo e a miséria".³⁹ Leitor de *O Jacobino*, admirava Deocleciano Martyr pelo modo como enaltecia o Marechal em seus artigos e editoriais. Desejava

conhecê-lo. Conseguiu, ao procurá-lo no jornal, no final de agosto de 1897. Deocleciano percebe, de imediato, que Marcelino Bispo seria a pessoa ideal para executar o plano que tinha em mente. Começa a doutriná-lo; domina-o psicologicamente. Em período breve de tempo, havia-o convencido a assassinar o Presidente da República.

Seguem alguns extratos do seu depoimento: "(...) republicano como é e fanático pela memória do Marechal Floriano Peixoto, a linguagem do mesmo Deocleciano lhe agradava"; que sendo ele Marcelino, "da terra do homem e quem ele, Deocleciano, adorava e que todo alagoano tinha obrigação de ser jacobino e que o Governo perseguia muito os florianistas". Que pouco tempo depois de conhecê-lo, Deocleciano perguntara-lhe "se ele era capaz de entrar em uma coivara de fogo para fazer ressuscitar o Marechal Floriano, caso fosse possível". "Que o Capitão Deocleciano lhe disse que a questão de Canudos era feita pelo Governo, com o intuito de fazer voltar a Monarquia, e isso os jornais diziam todo dia (...); que o Governo perseguia o Exército e que o único general que trabalhava a favor do Exército era o General Artur Oscar."

O espírito simplório do anseçada era trabalhado, moldado em estereótipos. A repetição destas simplificações aumentava-lhe a vontade de "ser útil à Pátria". Já se encontrava à mercê de Deocleciano.

Após Marcelino Bispo, no dia 7 de setembro, haver desistido de matar o Presidente, Deocleciano continuou a pregação, animando-o a continuar firme no seu juramento, "na certeza de que ele seria o sucessor de Floriano, que também tinha sido soldado como ele". "Era preciso – dizia-lhe –

* N.A.: Ib, ibidem, pp. 77-78.

** N.A.: Ib, ibidem, p. 74-75.

*** N.A.: Ib, ibidem, p. 37.

que Marcelino não fosse como era um homem inteligente para não ler os jornais republicanos o que se dizia do Presidente. Ele, Deocleciano, não era quem pregava isoladamente a morte do traidor: que Marcelino lesse bem..." Na manhã do atentado recebeu as últimas recomendações de Deocleciano Martyr: "que era chegada a ocasião dele cumprir o seu juramento como amigo da memória de Floriano e de salvar a vida de muitos bons republicanos que viviam por aí na miséria; que ele respondeu-lhe que era mais amigo de Floriano, do que ele Deocleciano o era".

"E indo para o Arsenal, não falou mais com os seus camaradas e ficou esperando a volta do Presidente para dar-lhe o tiro".³⁹ São passagens de seu depoimento à polícia.

As punições

Os conspiradores apontados no Relatório Neiva foram punidos severamente, com penas que variaram da prisão ao desterro. Prudente de Moraes, agora senhor da situação, sob a vigência do estado de sítio, decidiu liquidar o Partido Republicano Federal e a oposição. Contudo, Manoel Vitorino e Francisco Glicério foram poupados.

Registra Pedro Calmon: "A repressão descambara em perseguição. Um senador e três deputados foram mandados para o presídio de Fernando de Noronha. O próprio Pinheiro Machado não escapou à prisão. Interceptaram-lhe um telegrama, em que o capataz de sua estância prevenira que a tropa seguia... Referia-se à de mueres, despachada para Sorocaba".⁴⁰ Ainda Pedro Calmon: "Foi o Supremo Tribunal quem pôs cobro à prepotência, concedendo – 16 de abril de 98 – a ordem de *habeas corpus*, que impetrou Rui, em favor dos congressistas desterrados (João Cordeiro, Alcindo Guanabara, Barbosa Lima, Major Tomás Cavalcanti). Defendera Rui a tese

de que, com a cessação do sítio, não podiam continuar presos os não processados (26 de março). Por um voto, o tribunal denegou a ordem, que veio a conceder 20 dias mais tarde, quando, com os mesmos argumentos, outros advogados a pleitearam. Fixou a doutrina de que fora do sítio não lhe persistem as consequências.

Insurgiu-se o Congresso, fatigado desse longo período de insegurança. O governo cometera atos de força, que tinham, em verdade, dissipado o perigo de novas perturbações. Como dissolvera a Escola, fechou o Clube Militar. Reduzira a irritação das classes armadas, contava com a solidariedade dos conservadores, impusera a ordem. Bastava! Por 92 votos contra 85, a Câmara negou licença para o processo dos deputados. O Senado recusou-se a concedê-la no caso de Manuel Vitorino. Rejeitou a Câmara, por fim, a emenda senatorial que suspendia durante o sítio as imunidades parlamentares. Isentava a tribuna política... Derrotado neste pormenor, indignou-se o Presidente, pensou em renunciar, tachou de inconstitucional a decisão judiciária (mensagem de 12 de maio). Mas concluiu em paz o quadriênio.

O "marechal de ouro" momentaneamente ofuscou o de ferro."⁴¹

Os protestos da Câmara e do Senado

Passado o episódio, discutiu-se no Congresso as medidas repressivas aplicadas por Prudente de Moraes; os parlamentares atingidos usaram a palavra para atacar o Presidente.

O mencionado Senador Ramiro Barcellos, da Tribuna do Senado (24/9/98), interpreta o atentado: "Os que se acercavam do poder aproveitaram um momento que lhes parecia favorável a seus interesses políticos e estimularam uma repressão cega e indiscriminada. Ia-se fazer eleições para

Presidente da República dentro de breve período; era preciso que um agrupamento que se fizera ao redor do poder, constituído de certos elementos políticos, tivesse a vitória certa, e então tratou-se de aproveitar o fato de 5 de novembro no sentido de seu plano (...) Foram eles de tal ordem que não é infundada a suspeita que já tenho ouvido manifestada de que o fato de 5 de novembro foi adrede preparado.”⁴²

O Senador B. de Mendonça Sobrinho (sessão de 21/9/98), no seu discurso, diz que o Presidente, ao tomar medidas infundadas, obtidas em função de declarações debaixo de maiores suplícios, foi repudiado pela sociedade e pelos políticos: “(...) foi condenado, não somente pela população do País, mas por todos os poderes constituídos da Nação; foi condenado pelo Senado, negando licença para o processo de deputados; foi condenado pelo mais alto tribunal de justiça de nosso país, concedendo um *habeas corpus* aos presos e desterrados que se achavam na Ilha de Fernando de Noronha”. Falou, ainda, que Prudente de Moraes havia encetado “a maior perseguição que jamais se desenvolveu neste país contra o ilustre presidente do Senado, contra senadores e deputados respeitáveis, a quem se lançou a pecha infamante de assassinos, de co-participantes de um crime inaudito (...)”.⁴³

O deputado Galeão Carvalho (sessão de 21/7/98) ataca o Relatório Neiva, ao dizer que resultara de inquisições feitas “em segredo de justiça, em pleno estado de sítio, submetendo as testemunhas e os indiciados réus a toda a sorte de vexames e de torturas”. Portanto, “semelhante documento nenhuma prova faz contra os nossos distintos companheiros e de modo algum podia inspirar à Câmara a convicção

de que os Srs. General Glicério, Irineu Machado, Torquato Moreira, Alcindo Guanabara e Alexandre Barbosa Lima são autores e cúmplices da tentativa de assassinato contra o Sr. Prudente de Moraes”. Sobre Marcelino Bispo, afirma que foi um instrumento político utilizado pela própria Presidência, que o silenciara temendo declarações comprometedoras: “Todos aqueles que depuseram como indiciados no inquérito policial confessaram, depois de torturas por que passaram. E, demais, que dúvida pode ainda existir no nosso espírito, se é certo que Marcelino Bispo foi encontrado com **machos** nos pés, quando foi verificada a sua morte? Será possível negar-se este fato que foi testemunhado por toda a imprensa desta cidade? Os **machos** nos pés de Marcelino Bispo falam mais alto do que todas as declarações posteriores feitas pelos acusados como autores e cúmplices do atentado de 5 de novembro.”⁴⁴

Outros discursos nas altas casas do Poder Legislativo, onde parlamentares buscavam retratar-se, batiam na tecla de que os respectivos depoimentos prestados durante o inquérito policial foram feitos sob tortura física e psicológica. “Em suma, todos se retrataram posteriormente, com exceção de Marcelino Bispo, que morrera antes.”⁴⁵

Políticos, militares e civis, no que concernia a Deocleciano Martyr, “procuraram ver nele o radical feroz, de atitudes incendiárias com os quais não comungavam e só lhes mereceria desprezo: ‘São as declarações desse homem sem valor moral algum antes do atentado – diz Galeão Carvalho (sessão de 21/7/98 da Câmara) – que adquirem o máximo valor de acusação contra homens eminentes da República’.”⁴⁶ No entanto, “há provados indícios de que era distinguido com sinais de apre-

* N.A.: “Realmente, Marcelino Bispo foi encontrado morto no dia 24 de janeiro de 1898, com pesos amarrados aos pés, mas a declaração oficial seria de morte por enforcamento.”

ço pela oposição. O General Artur Oscar, por exemplo, mandou-lhe um telegrama publicado com destaque pelos jornais *O País* e *República*: 'Canudos, 5 de outubro – Capitão Deocleciano Martyr – Apesar da intriga atirada contra mim e as valorosas forças sob meu comando, venci jagunços e confundi conselheiristas. Nossa bandeira tremula triunfante sobre os escombros restauradores. Glória a Floriano! Viva a República! Artur Oscar'.⁷⁴⁷

Os prudentistas não se calaram. Responderam à altura, tendo por alvo principal o Partido Republicano Federal.

"Foi, é fora de dúvida, o Partido Republicano Federal," foi essa originalíssima oposição constitucional que, desde os primeiros dias de sua organização, deu um pontapé na lei das leis e começou a explorar a sanha dos jacobinos e o descontentamento dos soldados; foi essa estranha oposição parlamentar que, nas questões mais graves e melindrosas, abandonava as suas cadeiras no Parlamento e pedia ao povo que fosse ouvir na rua os discursos incendiários dos seus oradores mais rancorosos (...).

Não é exato que o célebre "A bala", este grito de guerra, este brado de resistência sanguinolenta, teve todas as honras de uma divisa de partido? Não é exato que em várias manifestações populares se firmou ostensivamente uma aliança ofensiva e defensiva com o jacobinismo nacional? (...). E não é exato que, enquanto de um lado o Dr. Prudente de Moraes estendia a sua mão leal ao General Barbosa, do outro lado o Dr. Manuel Vitorino sorria ao ouvir o discurso violentíssimo com que, do alto de um banco de bordo, o infatigável senhor Barbosa Lima lançava por entre os grupos da soldadesca

macilenta as sementes de foco de uma nova revolta de quartéis?".⁷⁴⁸ Se o atentado obtivesse êxito, atingiriam os seus fins: "O Sr. Manuel Vitorino seria a figura presidencial, o Sr. Alcindo Guanabara, ministro da Fazenda; o Sr. Barbosa Lima, da Guerra e o Sr. Glicério, árbitro da situação."⁷⁴⁹

"Talvez alguns desses políticos (entre eles outros não citados pelo articulista) não tenham tido participação direta no atentado de 5 de novembro, mas o núcleo jacobino que o apoiava criou condições para ele: Lauro Sodré, no Senado, pregava o direito de insurreição; Barbosa Lima, na Câmara, apontava Prudente à sanha popular; José Mariano justificava o assassinio político; o jornal *República* afirmava que o chefe do governo não presidiria a edição de seu sucessor; Deocleciano suspirava pela ditadura nas páginas de *O Jacobino*. Além disso, vários indícios surgidos levantavam suspeitas de que Glicério e o vice-presidente estariam mesmo implicados na conspiração ou, ao menos, saberiam que ela se desenvolvia. Foi no mínimo estranha a conduta deste último por ocasião do crime. Ciente de que o ministro da Guerra morreria, não procurou ver o cadáver, como seria natural. Além disso, 'salta do seu escalér e, em vez de correr para o Palácio do Catete, como lhe cumpria, fossem quais fossem suas queixas, não impõe silêncio aos jacobinos que o aclamaram, meter-se no seu coupê e manda tocar para casa'.⁷⁵⁰

A despeito de a Justiça não haver encontrado provas da culpabilidade de muito dos implicados, dos protestos de inocência destas, de o Parlamento optar pelo resguardo das imunidades, o governo ganhou a partida.⁷⁵¹ Prudente de Moraes pacificara o País.

* N.A.: Leia-se Francisco Glicério.

** N.A.: Editorial do *Correio de Notícias da Bahia*.

*** N.A.: *O Estado de São Paulo* (10/11/97), p. 1, Editorial.

**** N.A.: *Ib.*

*
* *

Campos Sales foi o candidato natural. Ficara sempre com Prudente. Comandara os "históricos". Era governador de São Paulo. Pinheiro Machado e Glicério – o primeiro, um político em ascensão, que acabaria por ser um dos árbitros da República; o segundo, próximo ao completo ostracismo político – apresentaram a chapa da oposição formada por Júlio de Castilhos e Lauro Sodré. Os governadores de Minas Gerais, São Paulo, Bahia e Pernambuco, com facilidade, elegeram a chapa constituída por Campos Sales e Rosa e Silva para vice-presidente, este representando o Norte.

A chapa da maioria "tinha, não o voto, mas o poder dos Estados. Ninguém falasse de autenticidade eleitoral, em democracia lisa: continuava o povo à margem daquele dissídio de personagens, que descia das alturas da 'política', feitas e desfeitas as operações pelo arbítrio dos dirigentes – a que não faltava a brutalidade policial. O **presidencialismo** lá estava. Segundo Afrânio Peixoto, em *A Esfinge*, o presidente '... senhor absoluto nos dois primeiros anos do governo e humilhado nos outros dois,

em que já começa a governar o oligarca sucessor...'.⁵¹⁴

*
* *

E AGORA, CAMPOS SALES

Antes de assumir, Campos Sales viajou à Europa, sem comitiva, para tratar da difícil negociação com os banqueiros, capitaneados pela Casa Rothschild, "tradicionais banqueiros do Brasil, a fim de estabelecer o plano de um *funding loan*".

A transmissão do poder foi tranqüila.

Os militares retiraram-se do cenário político. Não possuíam mais força. Exército e Marinha desunidos. A Marinha sofrera rude golpe em consequência da Revolta da Armada. O Exército esfacelara-se em Canudos, perdendo o crédito dos dias de Floriano junto à opinião pública. Não havia alternativa para os chefes militares senão o retorno à vida profissional, na tentativa de reconstruir essas instituições, agora, dentro do princípio de que a "obediência aos superiores, fixada na lei e nos regulamentos, é o cerne da disciplina e do dever militar".

(CONTINUA NO PRÓXIMO NÚMERO.)

CLASSIFICAÇÃO PARA ÍNDICE REMISSIVO:

<HISTÓRIA> / História do Brasil /; Política; Militar; Prudente de Moraes (P.R.); Bittencourt, Carlos (Marechal); Martyr, Deocleciano; Bispo, Marcelino; Jacobinismo;

* N.A.: Citado por Pedro Calmon, op. cit., p. 2.033.

BIBLIOGRAFIA

1. *Revista Marítima Brasileira* – Vol. 120, nº 4/6 – abr-jun de 2000, p. 25.
2. *Ib.*, nº 1/3 – jan-mar de 2000, p. 38.
3. *Ib.*, nº 4/6 – abr-jun de 2000, p. 30.
4. *Ib.*, nº 4/6, p. 32.
5. *Ib.*, p. 33.
6. *Ib.*, p. 38.
7. *Ib.*, p. 39.
8. *Ib.*
9. *Ib.*
10. *Revista Marítima Brasileira*, vol. 120, nº 7/9, jul-set 2000, p. 43.
11. *Ib.*, p. 44.
12. *Ib.*, p. 46.
13. *Ib.*, p. 48.
14. FAARO, Raymundo – *Os Donos do Poder*, vol. 2 – Editora Globo, 7ª edição, Rio de Janeiro, 1987, p. 557.
15. *Revista Marítima Brasileira*, vol., 120, nº 7/9, jul-set 2000, p. 49.
16. FAARO, Raymundo – op. cit., p. 558.
17. CALMON, Pedro – *História do Brasil*, vol., VI, século XX. Livraria José Olímpio Editora, Rio de Janeiro, 1959, p. 2.013.
18. *Revista Marítima Brasileira*, nº 7/9, jul-set 2000, p. 50.
19. CALMON, Pedro – op. cit., p. 2.013.
20. QUEIROZ, Suely Robles Reis de – *Os Radicais da República*. Editora Brasiliense S.A, São Paulo, SP, 1986, p. 61.
21. CALMON, Pedro – op. cit., p. 2.013.
22. QUEIROZ, Suely Robles Reis de – op. cit., p. 62.
23. CALMON, Pedro – op. cit., p. 2028.
24. JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco – *Os subversivos da República*. Editora Brasiliense S.A., São Paulo, SP, 1986, p. 158.
25. QUEIROZ, Suely Robles Reis de – op. cit., p. 62.
26. *Ib.*, p. 71.
27. *Ib.*
28. *Ib.*, p. 72.
29. *Ib.*, p. 71.
30. *Ib.*
31. *Ib.*, p. 63.
32. *Ib.*, p. 64.
33. *Ib.*
34. *Ib.*
35. *Ib.*, pp. 65, 66 e 67.
36. *Ib.*, p. 68.
37. *Ib.*
38. *Ib.*, p. 69.
39. *Ib.*, pp. 69 e 70.
40. CALMON, Pedro – op. cit., p. 2.030.
41. *Ib.*, pp. 2030 e 2031.
42. QUEIROZ, Suely Robles Reis de – op. cit., pp. 72 e 73.
43. *Ib.*
44. *Ib.*, pp. 73 e 74.

45. Ib.
46. Ib., p. 75.
47. Ib.
48. Ib., pp. 75 e 76.
49. Ib., pp. 76 e 77.
50. Ib., p. 79.
51. CALMON, Pedro – op. cit., p. 2.032.

ERRATA

OS MILITARES E A POLÍTICA DURANTE A REPÚBLICA

Parte XXXVI (RMB – 4º trim/2001, p. 52) e
 Parte XXXVIII (RMB – 1º trim/2002, p. 111 etc.)

A seguir o texto correto (em negrito a palavra corrigida):

- (1) Na sua quase totalidade, nunca tinham visto o mar. Conheciam, tão-somente, as agruras que lhes oferecia a natureza **adusta**, a vida miserável em que eram e, ainda, 100 anos depois, são mantidos, graças à “benignidade” de governantes inescrupulosos, determinados a preservar a ignorância e a credence daquela gente. Porque esta é a plataforma oculta de seus políticos.
- (2) pág. 113 (1ª coluna – 3º§) – Curiboca; 2ª coluna, último §: se o *permitir*.
- (3) pág. 115 – 1ª coluna, 1º§: Conselheiro *Dantas*.
- (4) pág. 117 – 2ª coluna, 3º§: que garantia *seu* retorno a Portugal.
- (5) pág. 118 – 1ª coluna, 2º§: difícil missão que a si *próprio* conferira.
- (6) pág. 120 – 1ª coluna, 1º§: Que abdicassem as *venturas* mais fugazes ...; e não a manchassem nunca com o *sacrilégio* de um sorriso.
- (7) pág. 121 – 2ª coluna, último §: a abolição *do cativoiro*, a República.
- (8) pág. 122 – 1ª coluna, 1º§: O eixo do poder político *rocava* para São Paulo.
- (9) pág. 124 – 1ª coluna, 3º§: Um poder concorrente *ao* que, até então...
- (10) pág. 126 – 1ª coluna, 6º§: Os *boatos*, agora acrescidos...
- (11) pág. 128 – 1ª coluna, 2º§: vai fazer uma carnificina medonha nos maltrapilhos e quase *inermes* fanáticos de Canudos.
- (12) pág. 129 – 1ª coluna, 1º§: Não se constituía em *surpresa*.
 último parágrafo: Seu relatório pecou pela falta de *isenção*;
- (13) pág. 130 – 1ª coluna, penúltimo §: – consta o que seria a *secessão*.
- (14) pág. 131 – 1ª coluna, 3º§: “Não *damos* nem pedimos quartel”.
 2ª coluna, 1º linha: – certamente *terrível* –

BIBLIOGRAFIA DA PARTE XXXVI

OBS.: Deveria ter sido publicada na RMB do 1º trim./2002

1. LITRENTTO, Oliveiros. *Canudos, visões e revisões*. Biblioteca do Exército Editora. Rio de Janeiro, 1988, p. 257. Entrevista com o historiador José Calazans Brandão da Silva (Apêndice).
2. *Ib.*, p. 241.
3. LITRENTTO, Oliveiros. *Ib.*, p. 64
4. CUNHA, Euclides da. *Os Sertões (O homem)*. 22ª Edição, Livraria Francisco Alves. Rio de Janeiro. 1952, p. 82.
5. *Ib.*, p. 63.
6. LITRENTTO, Oliveiros. Op. cit., p. 242. Entrevista com o historiador José Calazans Brandão da Silva (Apêndice).
7. LITRENTTO, Oliveiros. *Ib.*, p. 53.
8. CUNHA, Euclides da. Op. cit., pp. 90, 93.
9. SAMPAIO, Consuelo Novais. *Canudos, cartas para o Barão*. Edusp, Editora Universidade de São Paulo, SP, 1999, p. 81.
10. CUNHA, Euclides da. Op. cit., p. 108.
11. SAMPAIO, Consuelo Novais. Op. cit. p. 81.
12. CUNHA, Euclides da. Op. cit., p. 119.
13. *Ib.*, p. 123.
14. *Ib.*, p. 129.
15. *Ib.* p. 123.
16. LITRENTTO, Oliveiros. Op. cit., p. 27.
17. *Ib.*, pp. 27-28.
18. CUNHA, Euclides da. Op. cit., p. 132.
19. *Ib.*, p. 134.
20. *Ib.*, p. 132.
21. LITRENTTO, Oliveiros. Op. cit. p. 246. Entrevista com o historiador José Calazans Brandão da Silva (Apêndice).
22. CUNHA, Euclides da. Op. cit., p. 144.
23. *Ib.*, pp. 146 e 147.
24. *Ib.*, p. 150.
25. *Ib.*, p. 152.
26. *Ib.* p. 153, nota de rodapé.
27. *Ib.* p. 153.
28. *Ib.*, p. 155.
29. LITRENTTO, Oliveiros. Op. cit. p. 245. Entrevista com o historiador José Calazans Brandão da Silva (Apêndice).
30. *Ib.*, p. 243.
31. *Ib.*, p. 244.
32. SAMPAIO, Consuelo Novais. Op. cit., p. 37.
33. *Ib.*
34. *Ib.*, p. 40. Entrevista do Barão de Jeremoabo ao *Jornal de Notícias* (4/3/1897).
35. *Ib.*, p. 59.
36. *Ib.*, p. 45.
37. *Ib.*
38. *Ib.*, p. 47.
39. *Ib.*, p. 51.
40. *Ib.*, p. 52.
41. *Ib.*, p. 49.
42. *Ib.*, p. 53.
43. *Ib.*, p. 54.
44. *Ib.*, p. 56.
45. *Ib.*, p. 61.
46. *Ib.*, p. 63.
47. *Ib.*, p. 64
48. *REVISTA MARÍTIMA BRASILEIRA* – vol. 121, 04/6, abr./jun., 2001, p. 90.
49. LITRENTTO, Oliveiros. Op. cit., p. 259. Depoimento de Jorge Calmon (Apêndice).
50. SAMPAIO, Consuelo Novais. Op. cit., p. 74
51. *Ib.*, pp. 78 e 79.